



CORREIO YANUARI TROPICHE

BOLETIM
INFORMATIVO

DEZEMBRO 2025



© Hilton Nascimento/Acervo CTI

CTI EM AÇÃO

Mapa atualizado do Corredor Territorial Yavari-Tapiche evidencia sua dimensão estratégica e os desafios à proteção

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e a Orpio, em parceria com a Univaja e organizações indígenas do Brasil e do Peru, lançaram o mapa folder atualizado do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, localizado na região do Vale do Javari, na fronteira entre os dois países. O material é um instrumento estratégico para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e reúne, de forma integrada, terras indígenas, reservas, comunidades nativas e áreas naturais protegidas de uma das regiões mais biodiversas da Amazônia.

Com 16,2 milhões de hectares, o Corredor Yavari-Tapiche abriga a maior concentração de povos indígenas isolados do mundo e desempenha papel central na proteção ambiental e climática. O mapa revela que 83% da área possui algum tipo de proteção, com maior consolidação no lado brasileiro e lacunas significativas no Peru, inclusive em áreas com presença confirmada de isolados. A publicação também alerta para pressões crescentes, como desmatamento, exploração ilegal e projetos de infraestrutura, reforçando a urgência de ações coordenadas para proteger o Vale do Javari, o corredor Tapiche e os povos que dependem da integridade desse território.

Leia mais no site do CTI



Peru: Organizações indígenas denunciam “campanha de extermínio” contra povos isolados

As principais organizações indígenas do Peru denunciaram uma ofensiva legislativa que ameaça desmontar o sistema de proteção a povos indígenas isolados. Entre as medidas, destaca-se o bloqueio da criação da Reserva Yavari-Mirim, após 20 anos de tramitação, se tratando da última área para povos indígenas isolados não reconhecida dentro do corredor Yavari-Tapiche. Além disso propõem revisar, reduzir ou extinguir periodicamente todas as reservas já existentes, bem como permitir projetos que abriam áreas protegidas para exploração de petróleo e gás. As organizações afirmam que esses ataques, somados à negação da existência de povos isolados por parlamentares, configuram uma “campanha de extermínio”.

A Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP) divulgou novas imagens aéreas que comprovam a presença de povos isolados em diferentes regiões da Amazônia peruana e pediu que governos e instituições internacionais suspendam o financiamento climático ao setor florestal do país até que seus direitos sejam reconhecidos. Para as lideranças, as propostas em curso colocam em risco imediato a sobrevivência desses povos e representam um retrocesso histórico na política de proteção territorial.

Leia mais no site da Survival International ➤

Povos isolados: Mundo tem 196 grupos indígenas não contatados; metade pode desaparecer em 10 anos

Um levantamento inédito da Survival International identificou 196 povos indígenas isolados em dez países, quase metade sob risco de desaparecer nos próximos anos. O Brasil concentra o maior número desses

grupos, especialmente no Vale do Javari e na região do Corredor Yavari-Tapiche, na fronteira do Brasil com o Peru, que juntos abrigam cerca de 26 povos em 162 mil km². A Amazônia reúne 124 povos isolados, dos quais 36 sem qualquer proteção legal, enfrentando invasões, garimpo, desmatamento e violência crescente.

O relatório alerta que a mineração, a extração ilegal de madeira, o agronegócio e grandes obras de infraestrutura ameaçam diretamente esses povos, configurando um possível genocídio oculto pela destruição territorial e disseminação de doenças. No Brasil, pelo menos 28 grupos estão em risco por projetos de rodovias, hidrelétricas e mineração, especialmente nas bacias do Xingu e Tapajós. A Survival reforça que a sobrevivência desses povos depende da proteção efetiva de seus territórios e do respeito ao isolamento voluntário.

Leia mais no site do O Globo ➤

Brasil e Peru estão falhando com os povos isolados – e o futuro da Amazônia está em jogo

A Survival International alerta que 196 povos indígenas isolados em 10 países correm risco de extinção em menos de uma década devido ao avanço do desmatamento, da mineração, do agronegócio e de invasões ilegais. Brasil e Peru concentram 90% dos grupos confirmados na Amazônia, incluindo áreas sensíveis como o Vale do Javari, e a Reserva Indígena (RI) Yavari-Tapiche e a região da proposta de Reserva Indígena Yavari-Mirim, todas localizada no âmbito do Corredor Yavari-Tapiche. No Brasil, o enfraquecimento da Funai, cortes estruturais e o marco temporal ampliam a vulnerabilidade de territórios como o Rio Pardo Kawahiva, ainda sem demarcação e exposto a ameaças constantes.

No Peru, iniciativas legislativas buscam reduzir ou extinguir reservas destinadas a povos isolados, além de permitir exploração petrolífera em áreas protegidas, impactando diretamente regiões como as reservas indígenas Yavari-Tapiche e Yavari-Mirim. Organizações indígenas dos dois países denunciam a contradição entre o discurso ambiental de Brasil e Peru, às vésperas da COP30, e a permissão para atividades que colocam em risco as florestas mais preservadas da Amazônia e a sobrevivência dos povos isolados, que seguem reivindicando apenas o direito de viver livres em seus territórios.

Leia mais no site do The Guardian ➡



© AIDSESP/Survival



© Gleilson Miranda/Fundai



© Associação Yanomami/Survival International



© Bruno Kelly/Amazônia Real



© Gloria Pallares

Vale do Javari – um continente sob ameaça

O texto ressalta que o Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, se tratando da maior Terra Indígena no âmbito do Corredor Yavari-Tapiche, é um território gigantesco e vital, que abriga a maior concentração de povos indígenas isolados do mundo. Apesar de ser um dos últimos santuários de floresta intacta, tornou-se alvo de disputas e crimes ligados ao garimpo, à biopirataria e à financeirização da floresta. Relatórios da Funai apontam tentativas de exploração de carbono e biodiversidade por empresas nacionais e estrangeiras, incluindo o contrato assinado entre a Univaja e três companhias, hoje contestado

pelo Ministério Público Federal por irregularidades e riscos aos povos isolados.

Mesmo com operações federais que tentam barrar ilegalidades, a pressão sobre o território cresce, agravada pela ausência do Estado e pela expansão do crime organizado, especialmente às vésperas do período eleitoral. O texto defende que a proteção do Javari é uma questão de soberania e segurança nacional, exigindo políticas públicas duradouras, presença efetiva e respeito às comunidades. Tratar o Javari com seriedade é visto como essencial para o futuro da Amazônia e da democracia brasileira.

Leia mais no site do Portal Único ➔

‘Uma dor insuportável’: PF quer arquivar inquérito sobre assassinato de servidor da Funai ligado a caso Bruno e Dom

A Polícia Federal pediu o arquivamento da investigação sobre o assassinato do indigenista da Funai Maxciel Pereira dos Santos, morto em 2019, em Tabatinga (AM). O crime ocorreu em meio a um cenário de conflitos no Vale do Javari, maior área indígena do Corredor Yavari-Tapiche, onde Maxciel atuava na fiscalização e no combate à pesca ilegal e a outros crimes ambientais na Terra Indígena Vale do Javari.

Relatórios da própria PF indicaram conexões entre a morte de Maxciel e os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, ligados à atuação de redes criminosas na região do Vale do Javari. Mesmo assim, a PF alegou falta de provas para identificar executores e mandantes. A família da vítima e organizações indígenas e indigenistas contestam o pedido e cobram a continuidade das investigações.

Leia mais no site do Intercept Brasil ➤

Como uma “corrida pelo ouro verde” na Amazônia levou a acordos duvidosos de carbono em terras indígenas

Uma investigação da Mongabay revelou que empresas ligadas à Biota, Biotapass e à Comtxae firmaram, em 2022, contratos de 10 anos para exploração de créditos de carbono e biodiversidade em terras indígenas sem garantir consulta livre, prévia e informada. Os acordos atingiram, entre outros territórios, o Vale do Javari, no oeste do Amazonas, com relatos de pressão para assinatura imediata e promessas de benefícios que não se concretizaram.

A Funai e o Ministério Público identificaram irregularidades graves, riscos a povos indígenas isolados do Vale do Javari e insegurança jurídica nos contratos. Mesmo sem resultados concretos no Brasil e sob investigação, os mesmos atores passaram a buscar acordos semelhantes na Bolívia, reacendendo o alerta sobre uma nova corrida pelo “ouro verde” na Amazônia.

Leia mais no site da Mongabay ➤

Oficina atualiza estratégias de proteção a povos indígenas isolados

Entre os dias 8 a 12 de setembro, o Ministério dos Povos Indígenas realizou em Brasília a Oficina de Atualização de Planos de Contingência para situações de contato com povos indígenas isolados, em parceria com Funai e SESA. O encontro revisou protocolos, atualizou diretrizes operacionais e apresentou ferramentas como o Sistema de Controle de Incidentes e a reorganização das Salas de Situação, reforçando respostas rápidas e integradas em emergências.

A oficina reuniu especialistas e equipes de campo e incluiu simulações baseadas em casos reais, como os contatos com os Korubo no Vale do Javari e situações recentes na Terra Indígena Mamoadate. Os encaminhamentos incluem a revisão da Portaria no 4.094, capacitação continuada e fortalecimento da vigilância territorial, medidas essenciais para reduzir vulnerabilidades e proteger povos isolados e de recente contato.

**Leia mais no site do
Ministério dos Povos Indígenas** ➔

Suprema Corte do Brasil cria parque em homenagem ao último homem do povo Tanaru

A Suprema Corte do Brasil aprovou a criação do Parque Nacional Tanaru, em Rondônia, assegurando a proteção permanente do território onde viveu o último membro do povo Tanaru, morto em 2022. A decisão reconhece a área como memorial e como reparação histórica a um povo exterminado em decorrência de massacres, impedindo que o território seja destinado à expansão agrícola. A medida confirma que a extinção física de um povo não elimina o direito à proteção de seu território.

A decisão decorre da ADPF 991, apresentada pela APIB, que denunciou falhas estruturais na política de proteção a povos isolados. O STF reforçou a importância da política de não contato e da preservação da memória e dos direitos de povos que viveram em isolamento voluntário. A criação do parque responde também às invasões e violações ocorridas após a morte de Tanaru, garantindo a integridade do território e reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção de povos indígenas isolados.

Leia mais no site da Mongabay ➔

ISOLADOS EM PAUTA



© Washington Costa



© Acervo OPI



Isolados ganham inserção em resolução da ONU durante 60ª Sessão do CDH; ataques às retomadas Guarani e Kaiowá repercutem

A 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU terminou com um avanço inédito para os Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e de Recente Contato (PIA-CIs): pela primeira vez, a resolução anual sobre direitos indígenas incluiu um parágrafo operativo determinando que Estados protejam esses povos e reconheceu o princípio do não contato como padrão global. O resultado, construído pela atuação conjunta do Cimi e do GTI-Piaci com apoio da diplomacia brasileira, atualiza obrigações internacionais e reforça instrumentos como a UNDRIP e a Convenção 169 da OIT.

Ao longo da sessão, o Cimi também expôs contradições entre o discurso oficial do Brasil e a realidade nos territórios, destacando retrocessos ambientais, a vigência do Marco Temporal e o avanço de projetos minerários e petrolíferos. Relatos apresentados em Genebra denunciaram pressões no Vale do Jequitinhonha e episódios graves de violência contra o povo Guarani e Kaiowá, reforçando a urgência de ações efetivas do Estado para garantir direitos e proteger comunidades diante de ameaças persistentes.

Leia no site do CIMI ➤

Minerais críticos 'cercam' 45 povos indígenas isolados na Amazônia

A crescente demanda global por minerais usados em tecnologias como baterias e carros elétricos intensifica a pressão sobre 45 povos indígenas isolados na Amazônia Legal. Levantamento da Repórter Brasil identificou 1.827 pedidos de mineração a menos de 40 km desses grupos, o que, segundo o Observatório dos Povos Indígenas Isolados (OPI), ameaça diretamente sua sobrevivência. Terras como Yanomami (RR), Piripkura (MT) e Uru-Eu-Wau-Wau (RO) já enfrentam garimpo ilegal e agora são cercadas por centenas de processos minerários, aumentando os riscos de contaminação, violência e possíveis contatos forçados.

Empresas como Anglo American, Vale e Bemisa aparecem entre as principais requerentes, ao lado de cooperativas e garimpeiros, enquanto especialistas alertam para o uso de áreas próximas como rota de "lavagem" de minérios extraídos ilegalmente, como ocorre com o estanho na Terra Yanomami. O avanço da mineração de "minerais críticos", impulsionado por políticas públicas e grandes investimentos, coloca em risco a integridade territorial e pode resultar na destruição da floresta e na extinção de povos em isolamento voluntário.

Leia mais no site do Repórter Brasil ➤



'Irmãos na floresta': a luta para proteger aldeia isolada da Amazônia

Relatos colhidos pela BBC mostram o aumento das aproximações do povo isolado Mashco Piro a comunidades ribeirinhas na Amazônia peruana, especialmente no vilarejo de Nova Oceania, localizado às margens do rio Tauhamanu. Sem proteção oficial e rodeada por madeiras, a região vive tensão constante: moradores temem ataques, mas também reconhecem a vulnerabilidade dos Mashco Piro, que sofrem com a destruição de suas florestas e o risco de exposição a doenças. A presença mais frequente do grupo é atribuída ao avanço da exploração ilegal de madeira, que desestabiliza seus territórios e força deslocamentos.

Em outra área do Peru, às margens do rio Manu, o governo e organizações indígenas mantêm o posto de controle Nomole para evitar conflitos e apoiar a política de não contato, atendendo de forma controlada pedidos pontuais dos Mashco Piro. Embora tenham algum nível de aproximação, o grupo rejeita integração e mantém práticas tradicionais, reforçando a necessidade de proteção territorial contínua. Especialistas alertam que o avanço de obras como uma nova rodovia e as pressões de mineração ilegal podem colocar em risco um dos maiores povos isolados do mundo, cuja sobrevivência depende diretamente da integridade de seu território florestal.

Leia mais no site da BBC Brasil ➤

E veja o vídeo sobre o tema no canal do Youtube da BBC Brasil ➤



© Survival International

COP30 inclui em negociações a criação de áreas de povos isolados como zonas livres de petróleo, gás e mineração

As negociações da COP30, em Belém, avançaram com a apresentação, pelo Caucus Indígena, de uma proposta para criar zonas livres de exploração de petróleo, gás e mineração em áreas habitadas por povos indígenas isolados ou de recente contato. A iniciativa, debatida no âmbito do Programa de Trabalho sobre Transição Justa, foi registrada formalmente no texto das negociações, ainda entre colchetes, e representa um avanço na discussão internacional sobre a proteção de povos extremamente vulneráveis frente à expansão das fronteiras extrativas.

Durante a conferência, a organização Stand.earth apresentou dados que mostram que 21% das florestas tropicais do mundo já estão destinadas à exploração de petróleo e gás, incluindo 14% da Amazônia. Lideranças indígenas denunciaram impactos diretos da indústria fóssil sobre seus territórios, como contaminação da água e ausência de consulta prévia. No mesmo contexto, a Colômbia anunciou que se tornou o primeiro país amazônico a declarar toda a sua porção do bioma como zona livre de petróleo e mineração, classificando a medida como um ato de soberania ambiental e um chamado para uma ação coordenada entre os países da região.

Leia mais no site da InfoAmazonia ➔



© Fábio Bispo/InfoAmazonia

Katawixi: vestígios de um povo às margens da BR-319

Kawahiva: Governo fracassa na demarcação de terra indígena com isolados

A Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, no noroeste de Mato Grosso, tornou-se símbolo da morosidade estatal na proteção de povos indígenas isolados. Apesar de decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecer o risco de genocídio e determinar a demarcação física imediata, o processo se arrasta há mais de 26 anos. A Funai admite não ter recursos nem prazo para concluir a instalação dos marcos do território, etapa essencial para a homologação, o que mantém a área sob insegurança jurídica e favorece a atuação de madeireiros, grileiros e pecuaristas.

Documentos internos revelam o fracasso sucessivo de tentativas de financiamento da demarcação, estimada em mais de R\$ 5 milhões, enquanto aumentam as ameaças a servidores e invasões na área. Expedições recentes confirmaram a presença dos Kawahiva no território, evidenciando a urgência da proteção integral. Organizações indígenas e indigenistas alertam que novos atrasos podem tornar irreversível a situação e apontam que 2026 pode ser a última janela política para garantir a sobrevivência do povo Kawahiva do Rio Pardo.

Leia mais no site do O Globo 

Madeireiros e pecuaristas avançam, mas o povo Kawahiva do Brasil ainda espera por proteção

Agentes da Funai confirmaram, em 2024, a presença do povo indígena isolado Kawahiva do Rio Pardo após uma expedição de mais de 100 quilômetros pela floresta no sul da Amazônia. Vestígios recentes, como cestos, pegadas de crianças, abrigos abandonados e restos de coleta de castanha e mel, comprovaram que o grupo segue vivendo no território. Mesmo assim, um ano depois, o governo brasileiro ainda não cumpriu a determinação do Supremo Tribunal Federal que exige a aceleração da demarcação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, mantendo a área sem proteção física e vulnerável à invasão de madeireiros e pecuaristas.

A demarcação, que envolve a instalação de marcos ao longo de mais de 320 quilômetros de perímetro, segue travada por entraves burocráticos, falta de recursos e conflitos violentos na região. A Funai afirma que o trabalho de campo só deve começar em 2026, enquanto aumentam as ameaças contra servidores e a pressão de grupos ligados à grilagem. Organizações indígenas e indigenistas alertam que o atraso configura violação da Constituição e expõe os Kawahiva a risco real de genocídio, lembrando que, após 26 anos de espera, o tempo para garantir a sobrevivência do povo isolado está se esgotando.

Leia mais no site do The Guardian 



Brasil lidera número de povos isolados, mas há lacunas na proteção

A Funai registra 115 povos indígenas isolados no Brasil, mas apenas 29 são oficialmente confirmados, mantendo 86 sem validação e com proteção frágil. Embora o Vale do Javari concentre o maior número desses povos, especialistas alertam que os mais vulneráveis vivem no Arco do Desmatamento, em territórios fragmentados e cercados por estradas, mineração e grandes empreendimentos.

Com o avanço da exploração e da crise climática, a pressão tende a aumentar: cerca de 80% dos registros de povos isolados confirmados ou em estudo estão cercados por pedidos de mineração. Especialistas defendem que a confirmação dos registros e o fortalecimento da Funai são essenciais para evitar riscos de genocídio e garantir a sobrevivência desses povos.

Leia mais no site da Agência Brasil ➤

ISOLADOS NO MUNDO



© Sophie Grig/Survival International

“Eles destroem nossa floresta”: Ngigoro, vindo de Halmahera à França para salvar seu povo

Ngigoro, indígena do povo Hongana Manyawa, denuncia o avanço acelerado da mineração de níquel na ilha de Halmahera, na Indonésia, onde até a infância viveu em isolamento. O território tradicional de seu povo vem sendo ocupado pelo complexo Weda Bay Nickel, operado pela empresa francesa Eramet em parceria com a chinesa Tsingshan, um dos maiores do mundo. A expansão da mineração já provocou desmatamento, contaminação de rios, desaparecimento de peixes e caça, além da aproximação perigosa de trabalhadores a grupos indígenas que seguem em isolamento voluntário.

Cerca de 500 Hongana Manyawa isolados permanecem cercados pela atividade industrial, sob risco de epidemias e destruição total de seu modo de vida. O caso evidencia o paradoxo da transição energética global: o níquel usado em baterias de carros elétricos está associado à violação de direitos indígenas e à devastação de florestas. Lideranças denunciam que, sem a proteção do território, a sobrevivência física e cultural do povo Hongana Manyawa está seriamente ameaçada.

Leia mais no site da Paris Match ➔

EXPEDIENTE

Redação, edição e revisão:

Helena Ladeira, Hilton S.
Nascimento, Rafael Nakamura
e Tiago Kirixi Munduruku

Equipe do Programa Javari:

Jane Kelly D'ávila e
Rafael Monteiro Tannus

Projeto gráfico:

Estúdio Entremeio



REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO



Rainforest Foundation
Norway